

## **COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE**

### **REQUERIMENTO N° DE 2011 (do Sr. Vanderlei Macris)**

*Requer seja convidado para Audiência Pública o Senhor Expedito Veloso, para prestar esclarecimentos acerca das novas denúncias da sua participação na tentativa de compra de falso dossiê, em 2006, contendo documentos e informações para uso político, e sobre a origem dos quase R\$ 2 milhões destinados a tal transação.*

Senhor Presidente,

Requeiro que V. Exa. com base no art. 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o plenário, convide para Audiência Pública o Senhor Expedito Veloso, para prestar esclarecimentos acerca das novas denúncias da sua participação na tentativa de compra de falso dossiê, em 2006, contendo documentos e informações para uso político, bem como sobre a origem dos quase R\$ 2 milhões destinados a tal transação.

### **JUSTIFICAÇÃO**

Operação realizada pela Polícia Federal no ado de 2006, em Curitiba e São Paulo, apreendeu vultosa quantia em espécie e ensejou a prisão de

envolvidos em transação obscura, voltada à venda de dossiê contendo documentos e informações para uso político.

Em 15 de setembro de 2006, a Polícia Federal surpreendeu, em São Paulo, Valdebran Carlos Padilha da Silva de posse de R\$ 758.000,00 e US\$ 109.800,00, bem como Gedimar Pereira de Passos, portando US\$ 139.000,00 e R\$ 410.000,00. Este último é Agente da Polícia Federal Aposentado e se encontrava a serviço do Comitê de Campanha Presidencial do Partido dos Trabalhadores.

De acordo com o que se depreendeu das investigações, os valores seriam utilizados para compra de documentos a serem utilizados em desfavor de políticos do PSDB e os indiciados foram investigados pela prática do crime previstos no art. 305, de Código Penal, e art. 1º, inciso V e VII, da Lei 9.613/1998.

No inquérito, foram ouvidos, dentre outros, o Sr. Expedito Afonso Veloso, ex-diretor de gestão de riscos do Banco do Brasil e secretário adjunto de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal. Segundo consta do Relatório da Polícia Federal, Veloso teria sido convidado, em vista de seus conhecimentos bancários, a analisar os documentos que seriam adquiridos para prejudicar políticos do PSDB.

O próprio Sr. Expedito Afonso Veloso afirmou “que foi direcionado pelo Partido dos Trabalhadores para trabalhar em setor denominado “Grupo de Trabalho Informação” (GTINFORMAÇÃO) da campanha nacional para presidente.” A referida campanha foi a que conduziu a presidência o Luiz Inácio Lula da Silva.

O Relatório da Polícia Federal não apontou de forma conclusiva a origem do dinheiro, nem os mandantes intelectuais do crime. Os dois aspectos permaneciam envoltos em mistérios até recentemente.

Na última semana, a Revista Veja (edição n. 2222, ano 44, n. 25, de 22 de junho de 2011) publicou matéria intitulada “A Confissão do Aloprado”, na qual noticiava declaração do Sr. Expedito Afonso Veloso afirmando que o Ministro Aloizio seria o mentor e beneficiário da compra do referido dossiê e que os valores apreendidos teriam sido reunidos pelo próprio Partido dos Trabalhadores.

Segundo a reportagem, a divulgação das informações falsas forjadas nos documentos poderia interferir no resultado do pleito eleitoral, em favor do candidato Aloizio Mercadante. Consta da matéria:

veja

18/06/2011

## A confissão do aloprado

Petista revela quem foram os mentores e os arrecadadores do dinheiro que financiaria uma das maiores fraudes eleitorais da história brasileira.

Não tão famoso quanto o mensalão, mas igualmente assustador em sua concepção e execução, o escândalo do Dossiê dos Aloprados paira no ar como um mistério desde 2006, quando, às vésperas do primeiro turno das eleições, a Polícia Federal prendeu em um hotel de São Paulo petistas carregando uma mala com 1,7 milhão de reais. O dinheiro seria usado para a compra de documentos falsos que ligariam o tucano José Serra, candidato ao governo paulista, a um esquema de fraudes no Ministério da Saúde. Nas investigações sobre o caso, a PF colheu 51 depoimentos, realizou 28 diligências, ordenou cinco prisões temporárias, quebrou os sigilos bancário e telefônico dos envolvidos, mas não chegou a lugar algum. As mais de 2000 páginas do processo tinham como destino certo os arquivos da Justiça Federal. Esta reportagem de VEJA desvenda o mistério cinco anos depois. Ela é baseada no depoimento de um dos acusados do crime, o bancário Expedito Veloso. O petista decidiu quebrar o pacto de silêncio firmado entre os planejadores e os executores do malfadado plano, um atentado grotesco e ousado à normalidade

democrática, e ilumina, entre outros detalhes inéditos, as duas zonas de sombra mais escuras que pairavam sobre o caso: a origem do dinheiro e o mandante da operação.

Ex-diretor de gestão de riscos do Banco do Brasil e atual secretário adjunto de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal, Expedito integrou o núcleo central da campanha à reeleição de Lula em 2006 e, segundo o pouco que as investigações conseguiram avançar, foi um dos encarregados de intermediar a montagem do dossiê, com uma dupla de empresários corruptos de Mato Grosso. À polícia, o bancário admitiu sua participação no caso, mas alegou que desconhecia os detalhes da operação. Em conversas com colegas de partido, garantiu que o verdadeiro mentor, o principal beneficiário e um dos arrecadadores de dinheiro para montar toda a farsa foi o ex-senador e atual ministro da Ciência e Tecnologia Aloizio Mercadante. "O plano foi tocado pelo núcleo de inteligência do PT, mas com o conhecimento e a autorização do senador", disse Expedito Veloso. Ele, inclusive, era o encarregado de arrecadar parte do dinheiro em São Paulo. As confissões do bancário foram gravadas e, na semana passada, Expedito foi confrontado com o conteúdo das conversas. Surpreso, tentou minimizar o fato: "Era um desabafo dirigido a colegas do partido", disse, sem, contudo, negar o conteúdo dos diálogos (veja a entrevista na pág. 69).

Não é a primeira vez que o nome do ministro surge na lista dos aloprados. A Polícia Federal chegou a indiciá-lo por considerar que ele era o único beneficiado pelo escândalo. Frágil, a acusação acabou anulada por falta de provas. Mercadante disputava, então, a eleição para o governo de São Paulo. Nas conversas gravadas, Expedito Veloso conta que o ministro e o PT apostavam que a estratégia de envolver o adversário José Serra no escândalo de desvio de verbas públicas lhe garantiria os votos necessários para, quem sabe, ganhar o pleito. "A avaliação era que o dossiê poderia levar a disputa ao segundo turno", disse o bancário. De Brasília, o núcleo de inteligência do partido deu o sinal verde para a execução do plano. Por intermédio de Valdebran Padilha, tesoureiro informal do PT em Mato Grosso, o comitê paulista negociou diretamente com os empresários matogrossenses Darci e Luiz Antônio Vedoin, que cobraram 1,7 milhão de reais para falsificar documentos e conceder uma entrevista na qual acusariam José Serra de envolvimento com as fraudes no Ministério da Saúde.

Para tentarem atingir a imagem do candidato e, ao mesmo tempo, fazer tudo sem deixar rastros, os petistas montaram um esquema complexo, dividido em três células, cada qual cuidando de uma etapa do processo. Havia um grupo encarregado exclusivamente de avaliar os danos que os documentos causariam à candidatura tucana. Faziam parte desse grupo o presidente do PT à época, Ricardo Berzoini, o próprio Veloso e Jorge Lorenzetti, churrasqueira e amigo do então presidente Lula. O segundo grupo tinha como função fazer chegar as informações à imprensa domesticada. Dele participavam Oswaldo Bargas, amigo de Lula desde os tempos de militância no ABC paulista, e Hamilton Lacerda, coordenador de campanha de Mercadante. Por fim, o terceiro destacamento tinha a atribuição mais delicada: arrecadar o 1,7 milhão de reais pedido pela quadrilha para montar a farsa. Em suas confissões, o bancário revela que foi justamente uma falha desse terceiro grupo que levou ao fracasso da operação. Segundo ele, os petistas ficaram quatro dias em São Paulo aguardando o dinheiro, que demorou a chegar. E, quando apareceu, a polícia estava no rastro.

As conversas de Expedito Veloso trazem outra revelação inédita. Além do caixa dois da campanha petista, a compra do dossiê foi financiada pelo então candidato do PMDB ao governo paulista, Orestes Quérzia. "Faltavam 6 pontos para haver segundo turno na eleição de São Paulo", disse o bancário. "Os dois (Mercadante e Quérzia) fizeram essa parceria, inclusive financeira. ( ...) As fontes (do dinheiro) são mais de uma. ( ...) Parte vinha do PT de São Paulo. A mais significativa que eu sei era do Quérzia." O ex-governador Orestes Quérzia morreu no fim do ano passado, não pode se defender das acusações, mas são claras as evidências de que ele estava ligado ao grupo de alguma forma. No dia da prisão dos aloprados, o programa eleitoral do peemedebista exibiu as acusações contra Serra, mesmo após a constatação de que tudo não passava de uma farsa dos adversários petistas. Descobre-se agora que se tratava de um pacto. "Em caso de vitória do PT, ele (Quérzia) ficaria com um naco do governo Mercadante", contou Expedito. A empreitada ruiu quando agentes da PF prenderam o policial Gedimar Passos, segurança do comitê de campanha de Lula, e Valdebran Padilha, o petista que servia como interlocutor junto aos empresários corruptos, em um hotel próximo ao Aeroporto de Congonhas. O que deu errado? "**O Mercadante disse que estava tudo pronto em São Paulo. Que o dinheiro estava pronto em São Paulo. Que o Valdebran podia ir porque já estava tudo juntado (o dinheiro), e não estava. ( ...) O Valdebran alugou um avião para ficar apenas duas horas no aeroporto e foi preso quatro dias depois no hotel**", contou o bancário. Procurado, o ministro Mercadante não quis comentar o episódio.

A partir das inconfidências de Expedito Veloso, descobre-se que a sórdida investida contra os tucanos em São Paulo não foi a primeira e que os alvos nem sempre são necessariamente de partidos adversários. A bruxaria não poupará os próprios petistas. Expedito revelou que, antes da prisão dos aloprados, ocorreu outro episódio, envolvendo os mesmos personagens, usando os mesmos métodos, só que dessa vez agindo em Mato Grosso. Os alvos: os então senadores Serys Shhessarenko, do PT, e Antero Paes de Barros, do PSDB. Eles disputavam o governo do estado com Blairo Maggi (PR), que concordava à reeleição, quando surgiu um dossiê envolvendo a petista e o tucano com a máfia dos sanguessugas. Suas candidaturas foram fulminadas pelas denúncias. Foi mais uma armação dos aloprados, segundo as revelações gravadas de Expedito Veloso, que contou a história à própria senadora tempos depois. O mentor dessa vez foi o ex-deputado petista Carlos Abicalil, atual secretário do Ministério da Educação. O financiador e beneficiário: o governador Blairo Maggi. Até o custo era parecido com sua congênere paulista. Disse Expedito Veloso: "O Abicalil já tinha negociado com Blairo Maggi para f. a Serys e o Antero Barros. Pagaram 2 milhões aos Vedoin para incluir os dois indevidamente na lista dos sanguessugas. ( ...) Saiu uma reportagem antes da eleição que arrebentou os dois". Serys confirma que Expedito a procurou no ano passado e fez uma confidência: "Ele disse que meu envolvimento com aqueles bandidos foi tudo uma armação criminosa contra mim, patrocinada pelos colegas do partido". O ex-senador Antero também soube da fraude. "Liguei para o Serra e avisei que estavam fazendo a mesma patifaria contra ele."

Por meio de sua assessoria, o hoje senador Blairo Maggi negou qualquer envolvimento no caso: "Essa prática de divulgar dossiês nunca pertenceu ao meu estilo de trabalho". O petista Abicalil foi ainda mais incisivo: "Nem sei que dossiê é esse. Nunca elaborei dossiê e nunca participei desse tipo de trama, nem hoje e nem no passado". O sucesso da operação em Mato Grosso, porém, animou os

aloprados. "O pessoal pensou assim: "Agora é só sair outra igual que arrebenta com o Serra também""", revela Expedito Veloso. Ao impedir a transação, a PF apreendeu 1,7 milhão de reais, em notas de real e de dólar. A origem do dinheiro nunca foi descoberta pelas autoridades, o que impossibilitou a punição dos envolvidos no caso - a maioria membros do grupo de inteligência e da Executiva do PT. Eles construíram uma narrativa inverossímil como se ninguém soubesse a cena que estava fazendo, chegando a ponto de insinuar até que o dinheiro apreendido com o grupo teria sido "plantado" pela polícia. Agora surgem elementos mais do que concretos para esclarecer de uma vez por todas a verdade sobre o caso - e, o que é melhor, informações relevantes narradas diretamente por quem participou do crime.

"Cumpri uma missão política"

Procurado por VEJA na semana passada, **Expedito Veloso confirmou o teor dos diálogos obtidos pela revista. Disse que as conversas eram um "desabafo" feito para colegas do partido e que não deveriam ter sido divulgadas.** Afirmou que sua participação no escândalo foi lateral e, ainda assim em cumprimento a uma **missão de campanha do PT, o senhor apontou o ministro Aloizio Mercadante como mentor e beneficiário da operação. Foi uma conversa interna, uma conversa partidária.**

Isso vai me complicar. Acabei de sair do banco. Paguei muito caro por isso. Não tenho interesse em que esse assunto venha à tona.

O senhor confirma o teor da conversa?

Era uma conversa fechada, uma conversa privada. Conversei isso apenas com alguns poucos companheiros petistas, mas nunca imaginei que ela pudesse sair do círculo do partido.

A ex-senadora Serys Slhessarenko confirmou ter ouvido do senhor parte dessa história.

Realmente contei a ela detalhes do caso. Só não esperava que essas conversas tivessem sido gravadas.

Qual foi sua participação na montagem do dossiê?

Absolutamente lateral. Analisei uns documentos. Só isso. Cumpri uma missão política da campanha.

O senhor disse que o Quêrcia e o PT de São Paulo arrecadaram o dinheiro.

Não participei desse assunto de dinheiro. Isso tem de ficar claro.

O senhor confirma tudo o que disse nas conversas gravadas?

Eu estava querendo mostrar às pessoas que eu não era um "alopradão". Não me lembro dos detalhes, mas tudo o que você relata que ouviu eu realmente disse. Era um desabafo dirigido a colegas do partido.

Além das pessoas que o senhor relaciona na gravação, quem mais soube ou participou da montagem do dossiê?

Você ouviu a conversa. Não tenho nenhum interesse em discutir

isso. Você já conhece a história. Publique o que quiser.

A se confirmarem as informações veiculadas pelo periódico, tem-se agora as duas informações que faltavam – a origem do dinheiro e os mentores do crime – para a elucidação dos fatos e a punição dos culpados.

Portanto, a realização da Audiência Pública que ora requeremos é de fundamental importância para o esclarecimento dos fatos, bem como para que se possa definir as providências a adotar no caso em tela.

Sala das Comissões, em de junho de 2011

Deputado Vanderlei Macris  
(PSDB – SP)